

DATA: 22 e 23 de Fevereiro/2018

LOCAL: Bristol La Residence - Vitória/ES

CARGA HORÁRIA: 16 horas

OBJETIVO GERAL

Abordar a formalização de um contrato administrativo, as condições para eventuais alterações, bem como fixar as "boas práticas" para a fiscalização e a gestão contratual, tudo dentro dos parâmetros exigidos pelos órgãos de controle, notadamente os Tribunais de Contas.

PÚBLICO ALVO

Agentes públicos que atuam, ou que venham a atuar, em qualquer fase do processo de contratação pública. Servidores responsáveis pelas aquisições na Administração Pública: membros de Comissões de Licitação; Pregoeiros e membros de Equipes de Apoio; ordenadores de despesas; gestores e fiscais de contrato, auditores, controladores e servidores que atuam no controle interno; servidores que atuam na requisição dos produtos/serviços; Procuradores e assessores Jurídicos; membros e servidores do Legislativo responsáveis pela função de fiscalização; demais agentes públicos interessados na temática.

MINISTRANTE

Anderson Sant'Ana Pedra

Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP); Especialista em Direito Público e Processual Público pela Consultime/Cândido Mendes; Procurador do Estado do Espírito Santo; Coordenador Acadêmico da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo; Professor de graduação e pós-graduação de Direito Administrativo e de Direito Constitucional em diversas instituições de ensino no Brasil; Instrutor de diversos órgãos públicos: ESAF; ESESP; TCE/ES, etc; Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais; Autor de obras jurídicas; Advogado e Consultor Jurídico em Direito Público. Contas na UCSAL (Universidade Católica de Salvador).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Previsão constitucional; Competência legislativa; Conceitos: distinção entre contrato administrativo e contratos da administração; Princípios aplicáveis; O processo de contratação; Características dos contratos administrativos; Conteúdo dos contratos administrativos; Cláusulas exorbitantes.

FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

Gestão, gerenciamento, fiscalização, acompanhamento de contratos e suas (in)distinções semânticas; Fiscal do contrato: técnico, operacional e administrativo; Terceirização da fiscalização; Gestor e fiscais de contratos; Perfil de gestores e fiscais de contrato; Necessidade de definição das competências do fiscal e do gestor do contrato; "Boas práticas" para os fiscais e os gestores dos contratos; Cuidados na instrução dos processos.

PREVENÇÃO DE FRAUDES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Conceito de fraude; O desestímulo, a desatenção e a falta de capacitação como combustível da fraude; Aplicação dos princípios na prevenção de fraudes; As características dos contratos administrativos como mecanismo de prevenção de fraude administrativo.

RESPONSABILIZAÇÃO PERANTE O CONTROLE EXTERNO

Definição de competência; Matriz de responsabilidades; Princípio da segregação de funções; Responsabilidade solidária; Irregularidades perante os Tribunais de Contas.

Veja o conteúdo completo em www.dpcc.com.br

INVESTIMENTO

R\$ 1.490,00 - Inclusos inscrição, material didático e de apoio, certificado de participação, coffee breaks e 02 almoços

Planos com hospedagem, acesse: www.dpcc.com.br

INSCRIÇÕES

(27) 3026.6620

(27) 98182.9566

www.dpcc.com.br

**VALORES ESPECIAIS
PARA GRUPOS, SOLICITE!
eventos@dpcc.com.br**

DADOS PARA EMPENHO E DEPÓSITO

DPCC Cursos e Treinamentos Ltda - ME

CNPJ: 12.639.832/0001-31

Banestes Agência 059 | Conta Corrente: 19.253.574